

Senado aprova estatização do Grupo Sul Brasileiro

27 MAI 1985

JORNAL DO BRASIL

Brasília — O Senado Federal aprovou ontem o projeto de recuperação dos bancos Sul Brasileiro e Habitasul por 41 votos a seis, sem qualquer abstenção. O projeto, agora, tem cinco dias para ir à sanção do Presidente da República, que disporá de mais 15 dias para aprová-lo ou vetá-lo.

De 67 senadores, havia 47 em plenário e votaram contra o projeto os Senadores Murilo Badaró (PDS-MG); Itamar Franco (PMDB-MG); Luís Cavalcanti (PFL-AL); Moacir Duarte (PDS-RN); Luís Viana (PDS-BA) e Jutahy Magalhães (PDS-BA). O projeto foi aprovado tal como saiu da Câmara e vai exigir a liberação de recursos pela União de Cr\$ 1 trilhão 80 bilhões para recuperação dos dois bancos.

VETO PRESIDENCIAL

Após a votação, exultante, o líder do PFL, Senador Carlos Chiarelli (RS), afiançava: "Ainda hoje (ontem), durante a reunião do Conselho Político, o Presidente José Sarney reafirmou sua intenção de não intervir na votação do Senado." Ocorridos os cinco dias para ir à sanção, o Presidente terá mais 15 dias para o veto total ou para aprovar o projeto tal como saiu do Senado.

O líder do Governo no Congresso, Senador Fernando Henrique Cardoso (PMDB-SP), um pouco antes de iniciada a votação, avaliou: "O Presidente deverá vetar dois ou três itens do projeto de lei." As três cláusulas polêmicas são: inclusão das três empresas de crédito imobiliário, garantia de emprego aos 25 mil funcionários dos bancos por um ano e estatização permanente dos dois grupos.

Questionado se o lobby gaúcho continuaria atuando de maneira tão intensa neste período de apreciação da matéria pelo Presidente como funcionou na tramitação do projeto no Congresso, Chiarelli limitou-se a dar um largo sorriso. Mesmo admitindo que a Constituição reserva ao Presidente a prerrogativa do veto, o líder do PFL mostrou-se confiante em que Sarney possa aprovar o projeto tal como foi aprovado no Congresso.

Para ele, a inclusão das três empresas de crédito imobiliário, ao contrário do que diz o Ministério da Fazenda, não vai requerer um tostão a mais do Governo em relação aos Cr\$ 900 bilhões já previstos.

A votação do projeto Sul-brasileiro e Habitasul estava prevista para hoje, mas a inesperada existência de quorum no Senado, numa terça-feira, colocou o projeto no primeiro lugar de votação — já que havia sido anteriormente aprovada a urgência urgentíssima para sua tramitação.

Durante o encaminhamento da votação, tiveram a palavra os líderes partidários. Pelo PMDB, falou o Senador Humberto Lucena (PMDB-PB), que defendeu o projeto aprovado na Câmara e ressaltou o fato de esta ter sido a primeira vez que o Executivo delega ao Congresso Nacional a decisão sobre importante matéria econômico-financeira.

Murilo Badaró, líder do PDS, criticou a decisão do Governo, que a seu ver deixou ao Congresso a decisão de discutir o assunto, para em seguida vetá-lo. Mas assegurou a liberdade de voto de seu partido a favor do projeto, considerando a situação dos 25 mil funcionários dos dois grupos. O líder do PTB, Nelson Carneiro, reafirmou sua convicção de que as três empresas de crédito imobiliário não deveriam participar do projeto, mas também assegurou seu voto, tendo em vista os interesses maiores, envolvidos na questão.

Os recursos que a União gastará — Cr\$ 1 trilhão 80 bilhões — para recuperar os bancos Sul-brasileiro e Habitasul poderiam ser utilizados para comprar ou produzir:

- 460 mil toneladas de feijão, pelos preços mínimos vigentes; ou
- 2 milhões 134 mil toneladas de milho; ou
- 1 milhão 386 mil toneladas de soja.
- Construir 131 mil 700 casas no Projeto João de Barro (no processo de mutirão, para famílias de renda até três salários mínimos); ou
- Construir 105 mil 400 casas do Promorar (até cinco salários mínimos).
- Comprar 1 milhão 878 mil sacas de café (de acordo com as cotações da Bolsa de Mercadorias de São Paulo).
- Comprar 65 mil 853 "Fuscas".
- Pagar os prêmios de 270 Loterias de Números (Loto)
- Os recursos a serem utilizados, na recuperação dos dois bancos são superiores ao orçamento para todo o ano de 1985 — Cr\$ 950 bilhões, na previsão orçamentária, mas ainda sujeita a cortes — do Programa de Merenda Escolar, e
- Esses recursos superam, também, a soma dos orçamentos da LBA, Funabem e Central de Medicamentos, da ordem de Cr\$ 1 trilhão 43 bilhões.